

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

RENATO PELLEGRINI

**O COMPORTAMENTO DO SALÁRIO REAL NAS DITADURAS LATINAS
AMERICANAS DURANTE ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980**

SÃO PAULO

2019

RENATO PELLEGRINI

**O COMPORTAMENTO DO SALÁRIO REAL NAS DITADURAS LATINAS
AMERICANAS DURANTE ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980**

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Campo de Conhecimento: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Weller

SÃO PAULO

2019

Pellegrini, Renato.

O comportamento do salário real nas ditaduras latinas americanas durante entre as décadas de 1960 e 1980 / Renato Pellegrini. - 2019.

55 f.

Orientador: Leonardo Weller.

Dissertação (mestrado profissional MPFE) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Economia de São Paulo.

1. America Latina - Política econômica - 1960-1980. 2. Política salarial - América Latina - 1960-1980. 3. Salário. 4. Ditadura - América Latina. 5. Populismo - América Latina. I. Weller, Leonardo. II. Dissertação (mestrado profissional MPFE) – Escola de Economia de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 338.22(8=6)

Ficha Catalográfica elaborada por: Isabele Oliveira dos Santos Garcia CRB SP-010191/O
Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas - SP

RENATO PELLEGRINI

**O COMPORTAMENTO DO SALÁRIO REAL NAS DITADURAS LATINAS
AMERICANAS DURANTE ENTRE AS DÉCADAS DE 1960 E 1980**

Dissertação apresentada à Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Campo de Conhecimento: História Econômica

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Weller

Data da Aprovação:

___ / ___ / ___

Banca Examinadora

Prof. Dr. Leonardo Weller
(Orientador)
FGV - EESP

Prof.^a Dr.^a Priscilla Albuquerque Tavares
FGV - EESP

Prof. Dr. Heleno Piazzentini Vieira
INSPER

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe Sônia e meu pai Antônio por estarem comigo nesses dois, difíceis, anos. Sem o amor deles não seria possível chegar até o final do curso. Ao meu irmão Bento pelo amor incondicional.

Agradeço a todos professores e funcionários da Escola de Economia de São Paulo pela dedicação em nos proporcionar a melhor experiência possível nesse tempo. Principalmente ao professor Leonardo Weller, cuja orientação, conselhos e paciência foram fundamentais para a realização desse trabalho. Tenho certeza que esta jornada seria muito mais difícil sem ele.

Agradeço aos meus colegas, em especial: Rafael Ragazi e Victor Vieira, este me acompanhando em todas as matérias do curso.

Agradeço aos meus amigos: José Eduardo Storopoli, Mariana Beloni e Thiago Romero, por todo apoio dado nos últimos dois anos.

Quero agradecer também a minha ex-chefe, Vanina del Papa, que hoje é uma grande amiga e a quem sou muito grato, por todas as conversas e pelos dias que me deixou em casa estudando antes das provas.

RESUMO

A leitura de Kaufman e Stalling (1991) explica os golpes militares das décadas de 1960 e 1970 como uma tentativa de estabilização de economias em dificuldades por conta de algumas medidas tomadas pelos governos populistas que antecederam os militares. Durante esse tempo, muitos países se encontravam com um nível inflacionário muito alto, explicado pelos recorrentes aumentos salariais concedidos a massas durante os anos anteriores.

Os autores mencionados apenas citam o arrocho salarial como uma das ações realizadas pelos militares com o intuito de estabilizar a economia naqueles anos. Assim, o objetivo deste trabalho é avaliar empiricamente a afirmação dos autores. Para isso, por meio da metodologia de diferenças-em-diferenças, isola-se o efeito nos salários das rupturas institucionais nos países da América Latina em comparação a nações que não tiveram a democracia atentada durante o período analisado.

A contribuição do trabalho encontra-se na tentativa de mostrar empiricamente uma das causas da propagação de ditaduras no continente sul-americano. Rapidamente, muitos países tiveram seu regime democrático, ainda que possa ser considerado frágil, suplantado por outros de cunho autoritário.

Portanto, o alastramento de regimes autoritários pode ser justificado, também, sob a ótica econômica, uma vez que os pequenos ganhos na procura da estabilização econômica mostraram ser uma alternativa viável aos regimes populistas da época.

Palavras-chave: Populismo, Ditaduras Militares, América Latina, Salário Real, Diferenças em Diferenças

ABSTRACT

Kaufman and Stalling (1991) explain the military coups between the 1960's and the 1970's as an attempt to stabilize the economy, due to some measures taken by the populist governments that preceded the military ones. At that time, many Latin America countries had huge inflation rate, explain by the appealing wage increases during the previous years.

The authors just mention the decreases in wages as one of the actions accomplished by the militaries, with the intention of stabilizing the economy on those years. Like this, the objective of this work is to evaluate the author's statement empirically. For that, through the methodology of difference-in-differences, the effect in the wages in Latin America countries is isolated in comparison with nations that didn't have the democracy attempted during the analyzed period.

This work's contribution is an attempt to show one of the causes of the propagation of dictatorships in the South American continent empirically. Quickly, many countries had his democratic regime, although it can be considered fragile, supplanted by authoritarian ones.

Therefore, the spreading of authoritarian regimes can be justified, also, under economical optics, once the small ones won in the search of the economic stabilization showed to be a viable alternative to the populist regimes of the time.

Key words: Populism, Military Dictatorships, Latin America, Real Wages, Difference-in-Differences

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 Ditadores e seu período no poder na América Latina	- 12 -
Tabela 2 Comportamento da variável dummy de tempo no grupo de tratamento	- 36 -
Tabela 3 Comportamento da variável dummy de tempo no grupo de controle	- 36 -
Tabela 4 Taxa de crescimento do salário real no grupo de controle	- 44 -
Tabela 5 Modelo OLS – Inflação	- 45 -
Tabela 6 Resultados da 1ª estimação do modelo de diferenças em diferenças	- 46 -
Tabela 7 Resultados da 2ª estimação do modelo de diferenças em diferenças	- 47 -
Tabela 8 Resultados da 3ª estimação do modelo de diferenças em diferenças	- 49 -
Equação 1 Modelo funcional do estimador dif-in-dif	- 35 -
Equação 2 Modelo funcional do dif-in-dif do salário real	- 45 -
Figura 1 Demonstração Gráfica do dif-in-dif.....	- 38 -
Figura 2 Evolução do salário real baseado no golpe militar argentino (1975 = 100)	- 41 -
Figura 3 Evolução do salário real baseado no golpe militar brasileiro (1963 = 100)	- 42 -
Figura 4 Evolução do salário real baseado no golpe militar chileno (1972 = 100).....	- 42 -
Figura 5 Evolução do salário real baseado no golpe militar equatoriano (1971 = 100).....	- 43 -
Figura 6 Evolução do salário real baseado no golpe militar peruano (1967 = 100).....	- 43 -

SUMÁRIO

Introdução	- 9 -
Populismo, ditaduras e política econômica	- 10 -
Argentina.....	- 14 -
Brasil	- 18 -
Chile	- 22 -
Equador	- 26 -
Peru	- 29 -
Política Econômica e Salário Real	- 32 -
Metodologia	- 35 -
Base de Dados	- 39 -
Descrição da base de dados	- 39 -
Análise preliminar de dados	- 41 -
Resultados	- 45 -
Considerações Finais.....	- 50 -
Bibliografia	- 51 -

Introdução

Allende, Perón, Vargas, Velasco Ibarra e Belaúnde são expoentes do populismo em Chile, Argentina, Brasil, Equador e Peru, respectivamente. O peronismo, varguismo e velasquismo foram adorados e combatidos na mesma proporção durante o século XX. No período que detiveram o poder em seus respectivos países, tornaram comum o aumento do salarial para a população, contribuindo para a elevação da inflação naqueles anos.

O desequilíbrio fiscal foi um dos motivos considerados por Kaufman e Stalling (1991) para a substituição de democracias, ainda que frágeis institucionalmente, por regimes militares de cunho autoritário. E é justamente nisso que esse trabalho se concentra. O objetivo desta dissertação é testar a hipótese de Kaufman e Stalling (1991) de que os militares foram responsáveis por um arrocho salarial ao tomarem o poder Executivo.

Para isso, faz-se uso da técnica de diferenças em diferenças. Esta é uma técnica de fácil intuição cuja utilização vem se alastrando ao longo do tempo. Com ela, é possível isolar os efeitos de um choque numa base de dados por meio da utilização de dois grupos de dados: o primeiro referente aos países que sofreram rupturas institucionais e o segundo que não sofreram.

Durante a pesquisa, preliminar à revisão bibliográfica, buscou-se algo que corroborasse, por meio de testes empíricos, o objeto a ser testado neste trabalho. Porém, nada semelhante ao que é aqui proposto foi encontrado. Assim, esta dissertação visa contribuir para a literatura servindo como um teste empírico a algumas teses de Kaufman e Stalling (1991).

Assim, as próximas seções apresentarão a época anterior aos regimes militares bem como a época em si. Passará pela discussão do termo populismo até mostrar a história do salário, salário mínimo, cálculo e fatores que influenciam o salário real. Passará por um maior detalhamento acerca da metodologia até a estimação dos resultados.

Populismo, ditaduras e política econômica

O populismo pode ser definido da maneira clássica como:

“Um movimento político que se aproveita do suporte das massas das classes trabalhadores e/ou de camponeses, mas não resulta num poder organizacional autônomo de nenhum desses dois setores. Também obtém apoio de outros setores que denotam uma ideologia anti-status quo” (Di Tella, 1965, p. 47, tradução nossa)

Abts e Rummens (2007) mais recentemente contribuem para a literatura do populismo clássico ao apontarem a filosofia tendo como base um líder carismático que, por meio de um particular estilo de comunicação, é capaz de mobilizar os conterrâneos sob o argumento de ser a sua voz ou representação. Não obstante, são capazes de oferecer soluções simplórias para problemas complexos, apelando para o senso comum do povo e denunciando o intelectualismo das elites.

A discussão ainda se mostra atual por conta ascensão de líderes políticos considerados populistas modernos. Na Itália, Giuseppe Conte é o Primeiro Ministro, resultante da coalizão da Lega Nord e do Movimento 5 Stelle. Este último, fundado pelo comediante Beppe Grillo, faz uso de:

“Uma típica estratégia de comunicação populista, o M5S utiliza o ressentimento em diferentes questões, na maioria dos casos, local ou regional, para cristalizar o “nós” contra “eles”. Neste quesito, o M5S emergiu como uma constelação de problemas locais galvanizado com a temática populista que a representação política deve ser sobre as pessoas reais.” (Lanzone, 2015, p.57, tradução nossa)

Moffitt (2016) aponta líderes populistas contemporâneos como: Geert Wilders na Holanda, Jörg Haider na Áustria, Marine Le Pen na França, Hugo Chávez e Nicolás Maduro na Venezuela, Rafael Correa no Equador, Evo Morales na Bolívia, Sarah Palin, Ted Cruz e Donald Trump nos Estados Unidos, Thaksin Shinawatra na Tailândia, Joseph “Erap” Estrada nas Filipinas, Pauline Hanson na Austrália e Winston Peters na Nova Zelândia.

Apesar de inúmeras definições acerca do tema, este trabalho irá seguir a bibliografia de Kaufman uma vez que a América Latina foi um vasto terreiro de líderes

populistas durante o século XX e o autor imprime seus esforços em analisar o mesmo continente, bem como seus efeitos na economia.

Quase todos os países tiveram presidentes que se apoiavam em ideais populistas. Perón na Argentina, Vargas e Goulart no Brasil, Velasco Ibarra no Equador, Belaúnde no Peru e Ibañez e Allende no Chile são alguns exemplos. Não obstante, muitos dos citados foram sucedidos por regimes autoritários de cunho militar.

A explicação para rupturas institucionais é aventada por Kaufman:

“Em face a conflitos políticos, regimes autoritários possuem algumas vantagens aparentes em detrimento a regimes democraticamente eleitos. Podem repreender oposições de sindicatos e organizações partidárias populares e suas lideranças executivas, operando fora do arcabouço legal. Com mais facilidade anulam a oposição aos programas de estabilização da economia. E ao mesmo tempo, tecnocratas são colocados em posições de destaque para promover políticas que gerem “confiança” do capital nacional e internacional. ” (Kaufman, 1985, p.481 e p.482, tradução nossa)

Kaufman e Stalling (1991) definem o populismo com uma série de medidas econômicas que visa a atingir outros objetivos políticos. Estes são:

- (1) Mobilizar o apoio de grupos de trabalho organizado e grupos de classe baixa e média.
- (2) Obter apoio por meio de uma economia centrada ao mercado interno.
- (3) Isolar politicamente as oligarquias rurais, conglomerados estrangeiros e a elite industrial.

O mesmo autor aponta que os objetivos econômicos são:

- (1) Déficit orçamentário para estimular a demanda interna.
- (2) Aumento do salário nominal e controle artificial de preços com a finalidade de alcançar uma melhor distribuição de renda.
- (3) Controle da taxa de câmbio para cortar a inflação e aumentar salários e lucros.

Apesar de vários países terem possuído regimes populistas no decorrer do tempo, este fenômeno aconteceu de forma bem concentrada na América Latina durante o século XX. E, mais uma vez, Kaufman e Stalling (1991) apresentam os motivos para isso, sendo

o primeiro deles a forte concentração de renda e ativos. A média de concentração de renda nas décadas de 60 e 70 na América Latina é quase 3 vezes maior que na Ásia Oriental, por exemplo.

O segundo motivo apontado por Kaufman e Stalling (1991) é uma clara divisão entre os industriais e as oligarquias tradicionais exportadoras de produtos primários. Um proeminente exemplo desta cisão foi a Revolução de 1930. Nela, houve um rompimento entre as oligarquias paulistas e mineiras. Esta, aproveitando-se do apoio dos setores industriais urbanos da cidade de São Paulo e dos tenentes, foi capaz de tomar o poder mesmo com a derrota de seu candidato, Getúlio Vargas, para Júlio Prestes.

A resposta dada às políticas populistas latinoamericanas foram regimes autoritários de cunho militar. Dentre as décadas de 1950 e 1980, praticamente todos os países de língua espanhola e portuguesa passaram por ditaduras, inclusive o México, onde Partido da Revolução Institucional mexicano governou ininterruptamente por mais de 70 anos, entre 1929 e 2000.

A tabela abaixo apresenta um resumo dos países da América do Sul que tiveram regimes autoritários entre as décadas de 1950 e 1980. Em alguns países houve mais de um ditador durante tal período, porém a tabela apenas apresenta o primeiro a assumir as rédeas da nação.

Tabela 1 Ditadores e seu período no poder na América Latina

País	Presidente Deposto	Ditador	Início da Ditadura	Fim da Ditadura
Argentina	Juan Perón	Eduardo Lonardi	1955	1958
Argentina	Arturo Frondizi	Juan Maria Guidó	1962	1962
Argentina	Arturo Illia	Carlos Onganía	1966	1973
Argentina	Maria Estela Perón	Rafael Videla	1976	1983
Bolívia	Victor Estenssoro	René Barrientos	1964	1982
Brasil	João Goulart	Castello Branco	1964	1985
Chile	Salvador Allende	Augusto Pinochet	1973	1990
Colômbia	Laureano Castro	Gabriel Gordillo	1953	1957
Equador	José Velasco Ibarra	Rodriguez Lara	1972	1976
Paraguai	Federico Chavez	Alfredo Stroessner	1954	1989
Peru	Fernando Belaúnde	Velasco Alvarado	1968	1975
Uruguai	Juan Bordaberry	Juan Bordaberry	1973	1985
Venezuela	Suárez Flamerich	Peréz Jiménez	1953	1958

Fontes: **Argentina:** El ejército y la política en la Argentina 1945-1962. De Perón a Frondizi ; El ejército y la política en la Argentina 1962-1973. De la caída de Frondizi a la restauración peronista; **Bolívia:** Bolivia, a country study; **Brasil:** Ditadura À Brasileira: 1964 - 1985 - A democracia golpeada à esquerda e à direita; **Chile:** The Socialist-Populist Chilean Experience, 1970-1973; **Colômbia:** Rojas Pinilla: una historia del siglo XX; **Equador:** The Politics of Military Government in Ecuador: the Rodriguez Lara Regime

1972–1976; **Paraguai:** At the Tomb of the Inflatable Pig: Travels Through Paraguay; **Peru:** The United States and the Peruvian Challenge, 1968–1975; **Uruguai:** Breve historia de la dictadura uruguaya; **Venezuela:** Historia Contemporánea de Venezuela

A interpretação da tabela permite a afirmação de que a maioria dos países sul-americanos teve, em algum momento do século, um regime de exceção. A derrocada da democracia na região não pode ser atribuída ao acaso. Kaufman (1986), noutro artigo, dá a razão pela qual tal fato se deu.

De acordo com o autor, isto aconteceu por conta dos pequenos avanços das ditaduras em estabelecer um plano de estabilização econômica no curto prazo; no entanto, nenhum deles foi capaz de implementar as bases de um modelo de desenvolvimento que pudesse resultar num crescimento sustentável de longo prazo. Estes ganhos foram mais visíveis na Argentina no período que compreende os anos de 1966 e 1970 e no Brasil durante 1964 e 1968.

Uma das razões apresentadas por Kaufman (1985) para que os ditadores alcançassem relativo sucesso no âmbito econômico é a possibilidade de perambular fora das rédeas dos mecanismos de ordem social capazes de regular o comportamento de servidores públicos. Assim, podiam esmagar com extrema facilidade as demandas de organizações de trabalhadores e, ao mesmo tempo, colocar tecnocratas em cargos estratégicos sem prestar o devido *accountability* com a oposição ou a sociedade civil.

Em outras palavras, a imposição de medidas de estabilização econômica, como por exemplo o arrocho do salário nominal, é menos trabalhosa em países de viés autoritários que democracias. Nos países de cunho democrático impera a necessidade de respeito aos pactos sociais, à oposição e às instituições.

Argentina

Desde a década de 1950, a Argentina passou por inúmeras tentativas de golpes militares e, até 1976, todas intervenções eram de curta duração apenas para expurgar presidentes populistas do poder. A primeira investida numa ruptura institucional se deu no segundo mandato de Juan Domingo Perón no ano de 1955 e, logo em 1957, os militares já chamaram por novas eleições. A vitória de Arturo Frondizi, da União Cívica Radical Intransigente (UCRI), no pleito contra Ricardo Balbín, do partido União Cívica Radical Popular (UCRP), não foi capaz de acalmar os ânimos.

Diferentemente de Perón, que era um populista clássico, Frondizi foi definido segundo Fantinel e Lenz (2015) como um opositor aos conservadores, militares e peronistas situados à direita da União Cívica Radical. Era considerado um intelectual e progressista. Estes aspectos não o distanciaram de tomar ações de cunho populista como aumentar substancialmente o salário da população logo em seu primeiro ano de mandato. E assim, decretou um aumento de 60% nos salários básicos, congelados desde 1956. Fantinel e Lenz (2015) explicam o aumento por conta da maior relevância de consumo interno que o crescimento econômico. Já Fausto e Devoto (2004) o atribuem ao cumprimento de promessas eleitorais feitas a Perón e seu aliados.

O novo presidente buscava uma identidade mais desenvolvimentista para a economia argentina que ainda se baseava na agroexportação, considerada a força motriz do subdesenvolvimento argentino (Caraballo, Charlier e Garulli, 1998). A política econômica argentina durante o período Frondizi ficou conhecida como *El Desarrollo Economico*, envolveu a presença do capital estrangeiro e uma forte intervenção estatal. Nos primeiros anos do governo houve um grande aumento dos gastos públicos e rapidamente a Argentina expandiu a rede de energia elétrica e o modal rodoviário, aumentou a indústria automobilística e fortaleceu a indústria petrolífera.

Os governos anteriores a Frondizi deixaram inúmeros déficits fiscais, por isso o incremento nos investimentos estatais foi financiado por uma expansão da oferta de moeda. Logo, o temor da inflação retornava e corroía o poder de compra da população, o que levou o presidente a adotar uma política econômica mais ortodoxa durante os anos seguintes do mandato. Gradualmente, a participação do governo nos investimentos foi sendo substituída pela participação do capital estrangeiro.

Ainda que o país tenha obtido resultados importantes como, por exemplo, a superação do déficit energético e a realização de um processo de modernização e incremento da indústria, o que permitiu à Argentina a obtenção de altos índices de desenvolvimento econômico nas décadas de 60 e 70, justificado pela capacidade ociosa produtiva deixada pelo seu governo (Fantinel e Lenz, 2015), o presidente foi taxado de antinacionalista pelo extensivo emprego do capital externo. Assim, construiu-se o arcabouço para mais uma intervenção militar e o golpe aconteceu.

Da mesma forma que os golpes anteriores, os militares ficaram pouco tempo no poder e logo chamaram por novas eleições. Arturo Illia foi eleito em 1963 e ficou no cargo até 1966. A eleição na Argentina não previa a realização do segundo turno, tornando o candidato mais votado o eleito do pleito, e assim com apenas 25% dos votos conseguiu obter o mandato de chefe do poder Executivo. O segundo mais votado naquela disputa foi a opção em branco, obtendo 20% da escolha da população.

No campo econômico, Illia se afastou dos últimos anos de Frondizi, chegando até a romper inúmeros contratos com empresas estrangeiras firmados pela administração anterior. Preços e salários eram regulados. A pesquisadora Valéria Arza, resume o período de Illia como:

“A orientação econômica durante o governo de Illia era claramente heterodoxa: políticas fiscais e monetárias expansivas, com alocações de crédito decididas centralmente. Teve incentivo ao crédito para a compra de produtos domésticos, incentivos para exportações não-tradicionais e incentivos para a promoção de indústrias locais.” (Arza, 2009, p.36, tradução nossa)

As organizações trabalhistas, fortemente ligadas a Perón, eram a base de apoio do presidente. Aos poucos, elas foram se distanciando de Illia na medida em que Perón se organizava para tentar deixar o exílio. O governo, que já tinha a oposição da classe média, agora perdia o apoio das classes mais populares. O espaço deixado pela presidência era gradualmente ocupado pelos peronistas, o que assustava setores contrários aos peronistas nas Forças Armadas. Logo, mais um impasse estava criado, e este só foi resolvido em 1966 com um novo golpe, colocando um fim ao período de Illia no poder.

Desta vez os militares ficaram no poder por quase sete anos. Três generais se revezaram no comando. O mais longo foi Juan Carlos Onganía, ocupando a presidência

por 4 anos, entre 1966 e 1970, sucedido por Roberto Levingston e Alejandro Lanusse. Com a junta militar, a economia voltava a ser regida por normas mais ortodoxas, que perduraram até o retorno de Juan Domingo Perón em 1973.

Assim como Vargas em 1954, Perón voltava ao poder nos braços do povo com mais de 60% dos votos válidos no pleito de 1973, após a renúncia de Héctor José Cámpora, eleito presidente em 1972, sob a égide da justiça social, aqui definida como a eliminação das diferenças regionais argentinas e justa distribuição de renda, acabando com os níveis de extrema pobreza e desemprego.

Assim, foi lançado o Programa de Três anos que almejava a:

“ (1) forte reativação da economia como meio de desenvolver atividades industriais específicas; (2) unidade nacional, isto é, corrigir disparidades econômicas e culturais entre as regiões; (3) reorganização do estado, com a intenção de realizar novas atividades como a guiar a economia e ofertar bens e serviços; (4) independência econômica, por meio do controle de remessas de capital, investimento externo e comércio externo; (5) integração com a América Latina.”
(Sturzenegger, 1991, pp. 83-84, tradução nossa)

O plano não se mostrou efetivo e logo a inflação alcançava grandes níveis. A morte de Perón em 1973 conflagrou uma série de conflitos que antes estavam adormecidos e perduraram até 1976, quando o General Rafael Videla liderou o golpe que depôs a presidente Isabel Perón. O novo regime foi um dos períodos mais violentos da história Argentina e passou para a História com o nome de Guerra Suja. Era um período de extrema restrição às liberdades individuais. O Congresso foi fechado, uma nova Suprema Corte foi apontada e durante esses anos se deu a Guerra das Malvinas.

O período no qual a junta militar deteve o poder na Argentina não teve uma identidade econômica bem definida. Os cinco primeiros anos, nos quais o país foi liderado pelo General Rafael Videla, foram marcados por:

“[...] sob a presidência de Videla, políticas ortodoxas descompromissadas foram adotadas: política fiscal e monetária restritivas, redução de tarifas de importação, liberalização financeira, desregulação de preços e privatização ou liquidação de empresas públicas (ou da participação estatal no caso de empresas de economia

mista) especialmente no setor de manufaturados.” (Arza, 2009, p.38, tradução nossa)

Os anos da junta militar não obtiveram grandes êxitos na estabilização econômica da Argentina. Como resultado, Basualdo (2002) aponta a concentração de poder econômico nas mãos de grandes conglomerados, que passaram também a exercer influência no campo político. Assim, em 1983, o regime ditatorial ruía após agitações sociais fomentadas pela derrota na Guerra das Malvinas e pelo fracasso da política econômica.

Brasil

Brasília era a meta síntese de um audacioso plano anunciado por Juscelino Kubistchek em 1951, ano em que tomou posse de seu mandato presidencial após uma ameaça golpista, frustrada pelo General Henrique Lott. O plano desenvolvimentista garantiu pujantes anos na economia brasileira, a despeito da alta inflação que corroía o salário dos trabalhadores. O otimismo era grande, e se refletia em outros aspectos do Brasil, como a cultura e o esporte.

Apesar de grandes avanços sociais e econômicos, o PDS (Partido Democrático Social), legenda do presidente Kubistchek, não foi capaz de fazer seu sucessor nas eleições de 1960, e Jânio Quadros chegava ao cargo máximo do Executivo.

A eleição de Jânio foi resultado de uma grande coligação de partidos políticos. A união contava com: PTN, PDC, UDN, PR e PL, sendo o PTN (Partido Trabalhista Nacional) a legenda de Quadros. Representava ascensão meteórica de um político até então pouco conhecido nacionalmente, apesar de ter sido governador de São Paulo. Também significava a entrada da União Democrática Nacional (UDN) no Palácio do Planalto, legenda de oposição à Vargas e ao varguismo por meio de Carlos Lacerda, ex-Governador do estado da Guanabara.

O historiador Marco Antônio Villa resume os nove meses de Quadros como:

“O governo de Jânio Quadros se iniciou sob um duplo signo: uma política econômica conservadora, em oposição ao desenvolvimentismo juscelinista; e uma preocupação em relação à política externa, num cenário internacional de intensificação dos atritos entre as duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética.” (Villa, 2014, p.23)

Amplamente significou:

“[...] a abertura de inúmeros inquéritos para investigar acusações de corrupção, [...]. Não teve atritos com o Congresso, diversamente da versão que apresentou durante décadas de que só poderia governar com outro Parlamento. [...]. Adotou medidas moralistas, na contramão das mudanças culturais que estavam ocorrendo no país, advindas do processo de urbanização. Mas ficou marcado pela política externa independente. [...]. Buscou ampliar as relações comerciais com os

países socialistas e não apoiou as medidas americanas contra o governo socialista cubano.” (Villa, 2014, pp.23-24)

Jânio renunciou em 25 de agosto de 1961 criando um impasse que apenas foi resolvido com a marcha do General Olympio Mourão até o Rio de Janeiro em 1964. Vale ressaltar que várias soluções foram aventadas para não a concretização da sucessão presidencial pelo vice João Goulart. Jango, como era conhecido, ficou marcado como um herdeiro do varguismo e a possibilidade de sua ascensão à chefia do Poder Executivo despertava o receio de setores das Forças Armadas e dos liberais, capitaneados pela UDN de Lacerda.

A ruptura institucional se deu em 15 de abril de 1964, quando o Marechal Castello Branco assume a Presidência da República. Em seu discurso de posse¹ garantia a entrega do cargo em janeiro de 1966. O governo contava com Roberto Campos como Ministro do Planejamento e Octavio Gouvêa de Bulhões como Ministro da Fazenda. Juntos foram os propositores do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) cujas principais metas eram:

“i. redução do déficit público mediante a redução de gastos e da ampliação das receitas por meio da reforma tributária e do aumento das tarifas públicas [...]. ii. restrição do crédito e do aperto monetário. Houve aumento das taxas de juros reais e, conseqüentemente, do passivo das empresas. [...] iii. O terceiro elemento da política de contenção da demanda foi a política salarial, em que se supunha a existência de uma taxa de desemprego relativamente baixa, o que levava a elevados salários reais e inflação crescente [...]” (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JÚNIOR, 1995, pp.376-377)

As medidas adotadas por Campos e Gouvêa de Bulhões atingiram a redução da inflação. Dos 90% a.a. chegou-se aos 20% a.a.² em 1968, contudo, muito do feito deve-se à retração das taxas de crescimento da economia nacional.

O segundo Presidente do período militar também era um marechal. Artur da Costa e Silva era gaúcho, nascido em Taquari e, diferente do seu antecessor, pertencia a

¹ Para o discurso de posse completo, ver BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de presidente – discursos de posse de Deodoro a Lula*. Brasília: LGE, 2004. pp. 291-294.

² Dados econômicos retirados de VASCONCELLOS, M. A. S.; TONETO JUNIOR, R.; GREMAUD, A. P. *Economia brasileira contemporânea*. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2007

chamada linha dura do regime. Durante o seu mandato, foi aprovado o Ato Institucional Número 5 (AI-5).

“Pelo AI-5, o presidente passava a ter o poder de legislar, de intervir em estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, de suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos, de cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais e de suspender a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Ficavam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, e o presidente poderia demitir, aposentar ou remover quaisquer titulares desta garantia.”
(Villa, 2014, p.130)

Durante a presidência de Costa e Silva, tem-se início o chamado *Milagre Econômico* já com Antônio Delfim Netto como Ministro da Fazenda. Agora o governo centrava todas as forças no crescimento econômico. GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JÚNIOR (1995, pp.385-386) indicam as principais fontes do crescimento econômico desta época: “i. a retomada do investimento público em infraestrutura[...]; ii. aumento do investimento das empresas estatais[...]; iii. demanda por bens duráveis[...]; iv. construção civil[...]; v. crescimento das exportações[...].” Neste período, o Brasil conviveu com altas taxas de crescimento econômico e durante muito tempo foi o país com maior média de crescimento anual, apenas superado anos depois pela China entre os 1990 e 2004.

Costa e Silva faleceu em 1969 e foi sucedido pelo General Emílio Médici que governou até 1974. Seus anos como mandatário foram marcados pelo auge da repressão ditatorial no país. Tanto ele quanto Geisel, o quarto Presidente da ditadura militar, gozaram da bonança dos anos do *Milagre Econômico*. Para manter este nível de crescimento, o governo federal recorreu a empréstimos internacionais³. Os problemas econômicos ficaram para o último Presidente do regime. O escolhido foi o General João Baptista Figueiredo. Este foi o responsável por acelerar a abertura política do país. Se no aspecto das liberdades individuais a situação caminhava para um desfecho mais sereno, o mesmo não podia ser dito em relação à economia.

³ Para mais informações consultar: PETTIS, MICHAEL. *Avoiding the Fall: China's Economic Restructuring*. Carnegie Endowment for International Peace, 2013.

Figueiredo herdou um país com desequilíbrios que fomentaria as pressões inflacionárias e problemas com a balança comercial. Diante deste cenário, foi adotado um processo de ajuste ortodoxo, baseado em:

“a) na contenção da demanda agregada, por meio de (i) redução do déficit público, com redução nos gastos públicos, principalmente investimentos; (ii) aumento da taxa de juros interna e restrição do crédito; (iii) redução do salário real, mediante a critérios de subindexação dos salários contidos na política salarial, e do desemprego gerado pelo quadro recessivo;

b) em tornar a estrutura de preços relativos favorável ao setor externo. Nesse sentido, observam-se: (i) intensa desvalorização real do cruzeiro, levando a elevação na relação câmbio/salário; (ii) elevação do preço dos derivados do petróleo; (iii) estímulo a competitividade da indústria brasileira, por meio da contenção de alguns preços públicos e de subsídios e incentivos à exportação.” (GREMAUD, VASCONCELLOS E TONETO JÚNIOR, 1995, pp.410)

E é num ambiente bem desfavorável que Figueiredo entregaria a faixa presidencial para o seu sucessor, Tancredo Neves. Este, porém, não pode ser empossado devido a um tumor não tratado. Assim, coube a José Sarney cumprir o mandato presidencial e se tornar o primeiro civil a ocupar presidência desde 1964.

Chile

Apenas em sua quarta corrida presidencial, Salvador Allende obteve uma vitória para a presidência do Chile. Esta eleição pode ser considerada um marco na história da América Latina. Diante de vizinhos marcados por regimes autoritários, a cadeira presidencial chilena era ocupada por um homem declaradamente marxista. Em outras palavras, pela primeira vez na história latino-americana, um presidente de esquerda chegava ao poder de forma democrática, por meio do voto popular.

Até então, todos os presidentes populistas citados neste trabalho não tinham uma ideologia política definida. Difícil tarefa enquadrar Getúlio Vargas à direita ou à esquerda. O mesmo serve para Juan Domingo Perón. Se Jânio Quadros obteve o apoio da UDN, claramente a ala mais liberal na política brasileira, no pleito de 1965, logo depois de eleito condecorou Ernesto Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, a mais alta condecoração brasileira atribuída a um cidadão estrangeiro. Mas tudo isso não se aplica a Allende. Ele era declaradamente um marxista.

O Chile antes de Allende era uma democracia bem estável em comparação aos vizinhos sul-americanos. Desde a década de 1920, davam-se as eleições presidenciais e os resultados eram respeitados. Apenas para efeito de comparação, entre 1920 e 1970, o Brasil já tinha passado por duas ditaduras – Estado Novo e Regime Militar – fora as inúmeras tentativas de golpe. Se os direitos políticos estavam bem estabilizados o mesmo não podia ser dito a respeito da economia.

Larraín e Meller (1991) apontam os altos índices de inflação, moderado crescimento econômico e desequilíbrios da balança de pagamentos como características frequentes da economia chilena. A tentativa de combater a inflação ficou a cargo do presidente Jorge Alessandri, cujo mandato foi de 1958 a 1964. O presidente acreditava na estabilização da inflação como força motriz para o investimento privado se concretizar no médio e longo prazo. French-Davis (2002) mostra que, para atingir seus objetivos, Alessandri visava a eliminar o déficit fiscal e fixar a taxa nominal de câmbio. O plano de estabilização não deu certo, apesar de atingir parte de seus objetivos no início dos anos de 1960, e assim chegava ao poder em 1964 o candidato presidencial do partido democrata cristão.

Eduardo Frei, diferentemente de seu antecessor, teve como escopo atingir mudanças estruturais. Dentre suas intenções, estava a nacionalização das grandes minas de cobre no país, até então submetidas a empresas estrangeiras. O presidente também tinha a intenção de realizar uma reforma agrária no país. Ao mesmo tempo, os gastos do governo se expandiram, muito por conta da compra da maioria das ações das empresas exploradoras de cobre e pelo aumento dos gastos no âmbito social, principalmente com as classes mais baixas da sociedade. Ainda que tenha atingido bons resultados econômicos, Frei não foi capaz de conseguir sua reeleição. Larraín e Meller (1991) argumentam a frustração da expectativa da população em relação aos avanços sociais e econômicos como responsáveis por prejudicar o político da democracia cristã. E desta maneira, o caminho se abriu para Salvador Allende em 1970.

Allende chega ao poder por meio de uma coalização de partidos de esquerda e centro-esquerda, conhecida como Unidade Popular. Esta era composta pela junção do Partido Socialista, Partido Comunista, Partido Social Democrata e o Movimento de Ação Popular Unitária. Assim como Frei, a Unidade Popular pregava mudanças estruturais econômicas e sociais. De acordo com Larraín e Meller (1991) a Unidade Popular diagnosticava um caráter monopolístico da economia chilena, bem como uma forte dependência externa, oligarca e capitalista.

Assim, Allende indicava uma série de reformas estruturais como:

“(a) nacionalização dos recursos naturais do Chile: cobre, carvão, ferro e alumínio – o que implicaria num confronto com as empresas norte-americanas, (b) a expansão da estatização de grandes grupos empresariais, (c) a intensificação da reforma agrária, (d) estatização do sistema bancário e (e) controle estatal de distribuidores atacadistas.”
(Larraín e Meller, 1991, p.182, tradução nossa)

A expansão dos gastos do governo durante 1971 suportou o crescimento econômico naquele ano, mas logo o otimismo foi suplantado pela realidade dos anos de 1972 e 1973. Este período ficou conhecido como *Desequilibria*. O déficit governamental tinha origens nos abundantes aumentos de salários ao funcionalismo público, expansão de subsídios a empresas estatais e a má arrecadação de impostos. Tudo financiado pela expansão da oferta monetária. Os preços eram controlados pelo governo, mas os valores estabelecidos não eram respeitados e logo se viu o crescimento de um mercado paralelo.

O resultado do desequilíbrio fiscal chileno foi a estagnação do produto interno, decréscimo das exportações, diminuição dos investimentos privados, exaustão das reservas internacionais, greves, rebeliões, racionamento de produtos básicos, aumento da inflação e fim do acesso a linhas de créditos internacionais. Ao mesmo tempo, setores das Forças Armadas se preocupavam com o crescente descontrole de Allende sobre alguns grupos mais radicais da esquerda. E assim, as bases para um golpe de estado estavam dadas. E no dia onze de setembro de 1973, as tropas do general Augusto Pinochet tomaram o palácio presidencial, após o bombardearem, levando ao suicídio do presidente com um tiro na cabeça.

Não há como estabelecer comparações entre o terror causado pelas ditaduras sul-americanas mas, com certeza, Pinochet foi um dos ditadores mais cruéis do continente. Se Videla era responsável pelos voos da morte, nos quais opositores eram jogados vivos de helicópteros, Pinochet tinha as caravanas da morte. O Estádio Nacional do Chile, que no ano de 1962 foi o palco do segundo título brasileiro da Copa do Mundo, tornou-se o local de detenção e enforcamento de inúmeros opositores.

Milhares de pessoas foram mortas e torturadas. As liberdades civis, bem como o congresso nacional e as uniões sindicais, foram abolidos. Diante de um cenário de extrema repressão, foram adotadas medidas econômicas neoliberais que tinham como objetivo reverter o desequilíbrio econômico dos anos de Allende. As principais reformas foram:

“[...] abolição do controle de preços, liberalização das importações, desregulamentação do mercado financeiro, facilitando a entrada de novas instituições e abolindo políticas de acesso ao crédito e controle de taxas de juros, redução da participação do setor público, restrição das atividades de empresas públicas, retorno dos antigos aos donos de empresas e terras que foram expropriadas, reforma tributária e privatização de empresas públicas.” (Ffrench-Davis, 2002, p.10, tradução nossa)

As primeiras reformas na economia chilena foram levadas adiante por um grupo de economistas da Universidade de Chicago e por isso ficaram conhecidos como Chicago Boys. Estes obtiveram êxito nos primeiros anos da década de 1980, quando a houve uma drástica redução dos índices de inflação. Contudo, foram incapazes de lidar com o

crescente desemprego e o colapso do sistema financeiro no meio da década de 1980, que levou a inúmeras falências no Chile.

O fim do regime militar se deu no ano de 1990 após um plebiscito previsto pela constituição e realizado em 1988. No plebiscito, as opções se limitavam a aceitar ou rejeitar o candidato proposto pela junta militar, que era o general Pinochet. Com mais de 50% dos votos, a população decidiu por conceder mais um mandato presidencial ao militar e em 1990 a democracia cristã voltava ao poder por meio de Patricio Aylwin.

Equador

Corkill (1977) afirma que a história do Equador durante o século XX foi caracterizada por crises econômicas recorrentes, desigualdade social, caudilhismo e instabilidade política. Apenas em poucas oportunidades, durante as décadas de 1940 e 1960, os presidentes eleitos foram capazes de cumprir inteiramente o mandato. Neste cenário se consolidava a figura de José Maria Velasco Ibarra como o maior expoente do populismo neste país e eleito chefe do cargo máximo do Executivo por cinco vezes.

A primeira eleição de Ibarra aconteceu em 1934. Apenas um ano da vitória no pleito presidencial, foi obrigado a renunciar ao cargo por setores opositores das Forças Armadas, após uma tentativa de dissolver o congresso por meio de um decreto e a convocação de uma assembleia constituinte. Com a deposição, deu-se o primeiro exílio forçado de Velasco para a Colômbia.

A sua volta se dá apenas em 1944, após a explosão de uma revolta popular depor o presidente Carlos Alberto Arroyo e uma junta provisória assumir a presidência temporariamente até a volta de Ibarra ao Equador. A presidência foi incumbida de forma interina por Ibarra até uma nova assembleia garantir o mandato presidencial até o ano de 1948.

De acordo com Paz y Mino (2005) a economia equatoriana nestes anos foi marcada por uma grande evolução nas exportações do país, tomando proveito da Segunda Guerra Mundial e do rompimento norte-americano com as nações asiáticas durante o conflito. Apesar dos avanços econômicos da década, mais uma vez as Forças Armadas depuseram Ibarra sob o pretexto da ameaça que seu estilo personalista de poder poderia causar na nação. Desta vez, o exílio não se daria na Colômbia, mas na Argentina.

O terceiro mandato de Ibarra, o único a ser completado, aconteceu entre os anos de 1952 e 1956. A década de 50 foi marcada pelo progresso no Equador com a expansão da malha rodoviária, construção de escolas, reequipagem das Forças Armadas e emprego de tempo e recursos em obras públicas. O sucesso do terceiro período o catapultou a um quarto mandato. E em 1960, ele venceu as eleições contra Galo Plaza Lasso, Gonzalo Cordero Crespo e Antonio Parra Velasco.

Diferentemente dos anos anteriores, Ibarra enfrentou inúmeras dificuldades, a começar por uma crise fiscal e um constante afloramento dos ânimos com o Peru por conta de

disputas territoriais. Durante várias ocasiões durante o século XX, os dois países entraram em conflito por divergências em relação ao posicionamento das fronteiras. Em 1961, tanto o vice-presidente da república quanto o presidente do parlamento equatoriano acusaram Ibarra de organizar um atentado para assassiná-los. O estopim para a deposição do presidente foi a revolta popular contra a tentativa de prisão dos acusadores. Assim que os militares foram às ruas, Ibarra renunciava ao cargo pela terceira vez.

O ex-presidente era dono de uma poderosa retórica. Dizia que para vencer a eleição bastava dar-lhe uma varanda. E pela quinta vez vencia o pleito pelo cargo máximo do poder Executivo. O fim deste período foi abrupto, comandado pelo General Guillermo Rodríguez Lara. A caracterização de todo período de Ibarra se faz necessária para entender o que foi o populismo de massa no Equador.

De La Torre (1997) aponta o nascimento do populismo em terras equatorianas no início da década de 1930, quando uma classe média – que havia nascido a partir da urbanização –, artesãos e um pequeno proletariado demandavam serem incluídos na política do país. Ibarra mais de uma vez desrespeitou as instituições políticas do Equador, assumindo poderes ditatoriais por três oportunidades, sendo a última interrompida pelo General Rodríguez Lara.

Corkill (1977) apresenta como motivações para o golpe uma antipatia dos militares por partidos populistas civis, preocupações com as instituições e o exemplo peruano e a exploração do petróleo junto a uma doutrina de segurança nacional. O regime ditatorial durou quatro anos, estando vigente durante os anos de 1972 e 1976. Rodríguez Lara governou por quase todos os anos fazendo o uso do estado de sítio, sem ao menos um motivo aparente para o mesmo, uma vez que não existia praticamente nenhum movimento de oposição organizada.

No âmbito econômico, o governo militar pôde desfrutar de receitas oriundas de exploração petrolífera. Depois de muitos anos de fracasso na tentativa por encontrar petróleo, o mesmo foi achado e logo uma das economias mais estagnadas das América Latina tornou-se uma das mais dinâmicas. Por meio das receitas oriundas da exportação dos hidrocarbonetos, foi possível a expansão de obras públicas e projetos sociais.

Com o passar do tempo, as expectativas da população eram frustradas, uma vez que as benesses da comercialização do petróleo não chegavam aos equatorianos na

mesma rapidez do aumento do custo de vida. E assim, o governo ditatorial perdia o apoio popular. Em meados de 1975, houve uma nova tentativa de golpe militar, desta vez liderada por setores do exército com o objetivo de restaurar a ordem democrática no país.

Apesar de fracassar, o golpe liderado pelo general Raúl González Alvear foi responsável por causar um grande desgaste no governo. Em apenas quatro meses, o general Rodríguez Lara renunciava ao cargo de presidente do Equador e assim terminava a ditadura militar.

Peru

Seguindo a dialética da América Latina no século XX, o início da década de 1960 foi marcado por um golpe de estado no Peru. Como de praxe, a intervenção era cirúrgica, durando pouco mais de um ano, e garantiu a posse do vencedor do pleito de 1962. A época de meados dos anos 50 até o final da década de 60 passou a ser conhecida como o Reformismo Civil Moderado ou Formalidade Democrática.

Nestes anos dois presidentes governaram o país. O primeiro foi Manuel Prado Ugarteche, cujo mandato perdurou de 1956 a 1962. O segundo era Fernando Belaúnde Terry, que liderou a nação entre 1963 e 1968, quando o golpe de estado do general Juan Velasco Alvarado o depôs e levou os militares a chefiarem o Peru até 1980. O período do Reformismo Civil Moderado foi um período marcado pela intensa migração da população indígena dos Andes para os centros urbanos, mais especificamente para a capital Lima, além da expansão econômica e aceleração da infraestrutura no país.

Belaúnde chega à presidência com um discurso modernizante e reformista, o que era muito comum na América Latina naquela época. Uma das primeiras propostas era a tentativa de uma ampla reforma agrária cujo bloqueio foi liderado pelos seguidores do opositor Manuel Arturo Odría Amoretti da Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA). Tal dinâmica seguiu-se praticamente em todo momento do governo Belaúnde, sendo a sua plataforma reformista sabotada pelos atos da oposição.

O governo se via paralisado diante dos atos da oposição e a inflação começava a crescer exponencialmente, situação acalentada pela imobilidade do grupo de Belaúnde. À medida que o progresso alcançado pelos anos anteriores era corroído pela constante alta dos índices preços, ficava mais comum as ações de grupos de guerrilha. Foi nesta época que se deu o nascimento de um dos grupos paramilitares mais conhecidos da América Latina, o Sendero Luminoso.

Todo este cenário era agravado pelo processo acelerado migratório da população indígena dos Andes para os centros urbanos. Belaúnde foi responsável por grandes obras de infraestrutura no Peru. Durante estes anos foram construídos aeroportos, estradas, hidroelétricas, colégios e hospitais, mas toda oferta era ainda muito escassa perto da necessidade dessa população que chegava aos centros urbanos. Neste cenário, o presidente foi se tornando uma figura cada vez mais isolada, mesmo por elementos do

seu próprio partido, até o general Juan Velasco Alvarado liderar um golpe de estado e depor Fernando Belaúnde Terry.

O Chile teve o primeiro marxista eleito democraticamente para a presidência do país, mas Allende não foi o primeiro líder de esquerda a chegar ao poder na América do Sul. Antes dele existiu o general Juan Velasco Alvarado. Grande parte das ditaduras latino americanas durante a segunda metade do século XX era de cunho nacionalista e se alinharam automaticamente aos Estados Unidos durante os anos de Guerra Fria.

Com o Peru foi diferente. A subida de Velasco marcou um estreitamento das relações do país com a União Soviética e a reaproximação de Cuba. A expropriação de algumas empresas americanas em solo peruano também contribuiu para tornar difícil o relacionamento de Velasco com Johnson, Nixon e depois com Carter. Historicamente, há um consenso em se classificar o relacionamento diplomático entre a junta militar com os governos norte americanos como tensas. Porém, Brands (2010) oferece uma perspectiva mais complexa em torno deste caso e, apesar de travarem algumas disputas, também houve espaço para cooperação entre os dois países.

A política externa peruana não foi tensa apenas com os norte-americanos. O Peru vivia num clima de extrema tensão com os vizinhos Equador e Chile. No século XIX, o país protagonizou junto com os chilenos a Guerra do Pacífico, quando os espólios da vitória chilena envolviam terras peruanas. O conflito não chegou a acontecer durante os anos dos regimes ditatoriais, mas o constante estado de apreensão fez com que as Forças Armadas fossem reequipadas com armamento soviético.

Internamente, Velasco empreendeu grandes esforços para implementar uma reforma agrária que, apenas alguns anos antes, foi bloqueada no congresso pela oposição ao presidente Belaúnde. Outra medida almejada pela Junta Militar era atingir um equilíbrio da balança de pagamentos por meio da substituição de importações. Medida desenvolvimentista, compartilhada por inúmeros países subdesenvolvidos durante o século XX. A política econômica de Velasco não foi muito exitosa.

A insistente convivência com os altos índices inflacionários minava o apoio à Junta Militar. O cenário foi piorado pelos dois choques do petróleo durante a década de 1970. Os acontecimentos só fortaleceram a crença comum da inabilidade do governo em lidar com as questões mais complexas da economia. E com o passar o tempo, foi cada vez

mais difícil implementar as reformas que Velasco pensavam em fazer quando ascendeu a presidência.

Tudo ficou mais difícil quando o presidente teve uma embolia pulmonar e suas aparições começaram a ficar cada vez mais raras. Em contrapartida, os racionamentos de produtos básicos eram frequentes. E em 1975, o país assistia mais um golpe militar. A chamada Revolução Peruana foi organizada por oficiais das Forças Armadas e tirou Velasco do poder, entregando o cargo a Francisco Morales Bermúdez. Não houve resistência por parte de Velasco, acarretando o fim da ditadura peruana.

Política Econômica e Salário Real

A recém unificada Alemanha, século XIX, sob os desmandos do chanceler Otto Von Bismark foi uma das primeiras nações a garantirem uma rede de proteção aos cidadãos e aos trabalhadores. Até então, péssimas condições laborais eram garantidas aos empregados. Mesmo assim, a legislação germânica não previa nenhum tipo de remuneração mínima aos empregados. Somente no final do século XIX, a Nova Zelândia foi primeiro país a firmar uma lei estabelecendo um piso de remuneração.

A Inglaterra tomou a mesma atitude somente no início do século XX, enquanto os Estados Unidos firmaram o salário mínimo federal somente na década de 1930, sob a presidência do presidente Franklin Delano Roosevelt. No Brasil, a Consolidação das Leis Trabalhistas, muitas vezes comparada a *Carta del Lavoro*, foi promulgada por Getúlio Vargas apenas da década de 1940. Muito antes do restante da América Latina, cuja legislação trabalhista se concentrou nos anos 1960, muito impulsionada pela Aliança para o Progresso⁴.

A lei do salário mínimo é um bom exemplo de legislação que busca a defesa do trabalhador. No entanto, sua promulgação não passou ileso de críticas. Thomas Sowell (2014) aponta a tácita relação entre o aumento do salário mínimo com o aumento do desemprego. Milton Friedman (1980) caminha mesma direção, ampliando as críticas para as uniões sindicais. Sachs e Gordon (1983) reiteram a importância de se firmar corretamente o nível do salário real para não atingir altos níveis de desemprego.

Um novo conceito foi apresentado. Até então toda a explanação não exigia uma clara diferenciação de salário nominal e salário real. Carlin e Soskice (2006) definem o salário nominal como o salário negociado pelas firmas e trabalhadores. Já o salário real é a remuneração com a qual o empregado deve realmente se preocupar, uma vez que transmite o seu poder de compra ou o quanto seu soldo é capaz de proporcionar entre bens e serviços.

De forma bem simplória se tem o salário real quando o divide pela inflação. A fórmula abaixo sintetiza a afirmação anterior:

⁴ Programa de assistência ao desenvolvimento socioeconômico da América Latina formalizado quando os Estados Unidos e 22 outras nações do hemisfério, entre elas o Brasil, assinaram a Carta de Punta del Este em agosto de 1961.

$$\Delta \text{ Salário Real} = \frac{\Delta \text{ Salário Nominal}}{\text{Inflação}}$$

Patterson (1922) aponta duas formas de aumentar o salário de real de forma salutar. A primeira é uma diminuição dos lucros do dono do capital. A outra é por meio do aumento da produtividade. Carlin e Soskice (2006) acrescentam fatores para a mudança nos níveis salariais. O primeiro é a mudança do benefício de desemprego ou sua duração, seguido por alterações nas condições de trabalho e poder dos sindicatos. Braumann (2004) também mostra a queda do salário real durante períodos de alta inflação. Um dos argumentos dados pelo autor para a corrosão da remuneração do trabalhador se detém no tempo em que os salários são reajustados em face do aumento da inflação.

Neste trabalho, o objeto a ser estudado é o comportamento do salário real ao longo das décadas de 1960 e 1980, com o intuito de se mostrar empiricamente a afirmação de Kaufman e Stalling (1991) de que os militares foram responsáveis por um arrocho salarial ao chegarem ao comando de seus respectivos países. A metodologia escolhida, que será aprofundada posteriormente, admite a entrada de variáveis de controle, com o objetivo de isolar os efeitos de uma nova política econômica na remuneração da população.

Assim, faz-se necessário tornar explícitas quais as razões de escolha das variáveis de controle e relacioná-las com o objeto deste estudo. A primeira variável incluída no modelo foi a inflação. Como já foi apresentado, a inflação é responsável por corroer o salário do trabalhador, minando seu poder de compra. Nos regimes populistas, os mandatários do país acabavam por aumentar a inflação tanto pelo lado da demanda quanto dos custos, uma vez que, para manter o poder de compra da população, o salário nominal aumentava recorrentemente.

A segunda variável incluída no modelo foi o Produto Interno Bruto (PIB). Este sinaliza toda a riqueza criada num país durante um certo período de tempo. A inclusão do PIB simboliza a introdução de uma medida que mostre a aceleração ou desaceleração da atividade econômica. Isto se torna importante porque os índices inflacionários podem cair por medidas acertadas por parte dos governos ou por conta de uma desaceleração da economia.

Além das variáveis já citadas, foi inserido também o saldo da balança comercial dividido pelo PIB. Seu resultado pode indicar maiores pressões inflacionárias. Isto se dá caso o total das exportações do país, subtraído pelas importações, seja negativo. Em outras palavras, como tudo que vem de fora do país é pago em moeda estrangeira, um excesso de importações faz a moeda nacional se desvalorizar, contribuindo por aumentar o custo de vida dentro do país.

A quarta variável de controle é a dívida do governo central dividido pelo PIB. Um contínuo resultado negativo pode representar uma política fiscal expansionista, quadro muito comum em países com regimes populistas. Neste caso, o governo atua fortemente estimulando a demanda agregada, seja por meio de gastos públicos ou por desonerações de impostos e tributos, que refletirão numa menor arrecadação do Estado. O excesso de moeda na economia também contribui para o aumento das pressões inflacionárias.

Por último, incluiu-se no modelo o número de greves gerais no ano. Carlin e Soskice (2006) mostram a importância de organizações sindicais na barganha por aumentos de salário nominais. Assim, esta medida representa um grau de organização dos trabalhadores dentro país, uma vez que a instauração de greves gerais não é algo feito do dia para noite. Para a concepção de uma parada geral é exigido um mínimo de preparo e senso de liderança por parte dos trabalhadores ou por associações que os representem.

Metodologia

Draca, Machin e Witt (2011) visam responder a questão acima. Para isso, fazem uso da técnica de diferenças-em-diferenças. Bertrand, Duflo e Mullainathan (2003) ressaltam o propósito deste método para apontar relações causais e, de acordo com os autores, seu emprego vem se tornando extremamente popular, sendo mais frequentemente aproveitado na mensuração de eficácia de políticas públicas.

Outra característica do *dif-in-dif* se detém na diferença entre ela e uma análise de um experimento real, quando a aleatoriedade tem um papel crucial na seleção de observações, justamente para impedir o aparecimento de qualquer tipo de viés nos estimadores.

A utilização do estimador *dif-in-dif* demanda o isolamento de um determinado efeito por meio da comparação de dois grupos, o primeiro chamado de tratamento e o segundo de controle. Este, composto por elementos que não sofreram com o choque, enquanto o outro sim.

No caso deste trabalho, o grupo de tratamento é formado pelos países nos quais existiu uma ruptura institucional por parte dos militares. Logo, o grupo de controle serão aqueles países cujos integrantes das Forças Armadas não tomaram as rédeas do poder Executivo durante um período de tempo durante as décadas de 1960 e 1980.

Ainda para estudar qual a influência do fenômeno na amostra de dados selecionada, é necessário, tanto para as variáveis de controle quanto tratamento, informações antes e depois dos golpes militares. Assim, dividir-se-á a base de dados em quatro grupos distintos: (a) grupo de controle antes do choque; (b) grupo de controle depois do choque; (c) grupo de tratamento antes do choque; (d) grupo de tratamento depois do choque.

Woodridge (2007) apresenta a forma funcional padrão do estimador de diferenças em diferenças como:

$$y_{i,t} = \alpha_0 + \alpha_1 * (Tratamento)_{i,t} + \alpha_2 * (Tempo)_t + \delta_1 * (Tratamento * Tempo)_{i,t} + \varepsilon_{i,t}$$

Equação 1 Modelo funcional do estimador *dif-in-dif*

Na equação apresentada acima, a variável $y_{i,t}$ é classificada como variável de interesse ou variável dependente, no caso desta dissertação, é o salário real. As variáveis

tratamento e tempo são *dummys*. Draper e Smith (1998) as definem como uma variável que assume os valores de um ou zero, para indicar a presença ou não de uma característica que pode alterar o resultado. A variável $(Tratamento)_{i,t}$ admitirá o valor de um no grupo de países de tratamento e zero no de grupo de controle.

Por sua vez, $(Tempo)_t$ assumirá o valor um no grupo de controle, a partir do primeiro ano no qual a ruptura democrática ocorre e zero quando ainda ou não ocorreu ou já é terminada. Já o grupo de controle admitirá o valor quando o primeiro golpe institucional ocorrer e zero antes do primeiro golpe ou depois do último ter seu fim.

As tabelas abaixo tentam explicitar de forma mais fácil os momentos nos quais a variável *dummy* assume um ou zero:

Tabela 2 Comportamento da variável *dummy* de tempo no grupo de tratamento

País	Período de Tempo	Valor
Argentina	1960 – 1975	0
	1976 – 1980	1
Brasil	1960 – 1963	0
	1964 – 1980	1
Chile	1960 – 1972	0
	1973 – 1980	1
Equador	1968 – 1971	0
	1972 – 1973	1
Peru	1962 – 1967	0
	1968 – 1969	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 3 Comportamento da variável *dummy* de tempo no grupo de controle

País	Período de Tempo	Valor
Austrália	1960 - 1963	0
	1964 - 1980	1
Canadá	1965 – 1968	1
Colômbia	1960 – 1963	0
	1964 – 1980	1
Estados Unidos	1960 – 1963	0
	1964 – 1967	1
França	1960 – 1963	0
	1964 – 1968	1
México	1960 – 1963	0
	1964 – 1980	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Ainda destrinchando a forma funcional apresentada em Woodridge (2007), α_0 traduz o intercepto do modelo, δ_1 corresponde à interação entre as duas *dummys*,

resultando no coeficiente de *dif-in-dif*, sendo de fato o que mensura o impacto dos golpes militares no salário real da população. E, por último, $\varepsilon_{i,t}$ é o termo de erro da equação.

Contudo, não é desejável rodar um modelo de diferenças em diferenças sem as variáveis de controle. Estas são definidas como instrumentos que visam a isolar o efeito da ruptura institucional, controlando os demais fatores influenciadores da variável dependente. Assim, os seguintes indicadores macroeconômicos foram levados em consideração na hora de se realizar a regressão: inflação, produto interno bruto, balança de trocas dividido pelo produto interno bruto, dívida dividida pelo produto interno bruto e número de greves gerais no ano.

Até agora, já foi explicitado o motivo pelo uso de *dif-in-dif*, os grupos de tratamento e controle e as variáveis que servirão como controle na regressão. Ainda assim, vale a exposição de como se dará a avaliação da influência dos golpes militares no salário real dos países da América Latina.

Para tanto, deve-se calcular os valores esperados da forma funcional padrão do estimador, apresentada anteriormente. Calcula-se para o grupo de tratamento e controle no momento anterior e posterior aos golpes. As equações abaixo explicitam de forma mais esquematizada o funcionamento do estimador:

$$E[y_i | \text{Tratamento}, \text{Tempo} = 0, \alpha] = \alpha + \theta_2 + \varepsilon$$

$$E[y_i | \text{Tratamento}, \text{Tempo} = 1, \alpha] = \alpha + \theta_1 + \theta_2 + \delta_1 + \varepsilon$$

Resultado da diferença entre os tempos um e zero será:

$$\begin{aligned} \Delta y_{t,T} &= E[y_i | \text{Tratamento}, \text{Tempo} = 1, \alpha] - E[y_i | \text{Tratamento}, \text{Tempo} = 0, \alpha] = \\ &= \theta_1 + \delta_1 \end{aligned}$$

O mesmo raciocínio é aplicado para o grupo de controle:

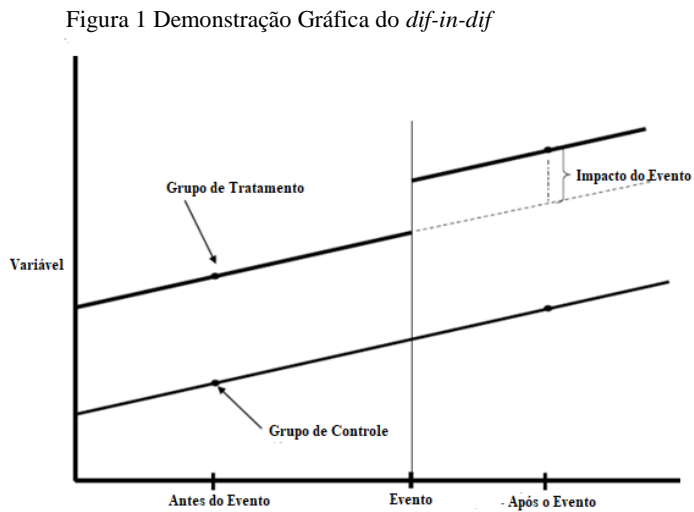
$$E[y_i | \text{Controle}, \text{Tempo} = 0, \alpha] = \alpha + \varepsilon$$

$$E[y_i | \text{Tratamento}, \text{Tempo} = 1, \alpha] = \alpha + \theta_1 + \varepsilon$$

Resultado da diferença entre os tempos um e zero será:

$$\begin{aligned} \Delta y_{t,T} &= E[y_i | \text{Controle}, \text{Tempo} = 1, \alpha] - E[y_i | \text{Controle}, \text{Tempo} = 0, \alpha] = \\ &= \theta_1 \end{aligned}$$

Assim, fazendo a diferença entre os dois resultados, ter-se-á o resultado do impacto dos golpes militares no salário real dos países da América Latina, que neste caso será o coeficiente de interação das duas variáveis dummies δ_1 . Graficamente o estimador dif-in-dif agirá:



Fonte: Adaptado de Maffioli (2011)

Base de Dados

Descrição da base de dados

Kaufman e Stalling (1991) não testam empiricamente o arrocho salarial imposto pelas ditaduras militares durante as décadas 1960 e 1980, sendo este o objetivo deste trabalho. Assim, a primeira pesquisa feita para estudo foi acerca dos salários reais nos países que sofreram com uma ruptura militar por parte das Forças Armadas no período considerado. Portanto, o grupo de tratamento será composto por: Argentina, Brasil, Chile, Equador e Peru. Bolívia também poderia integrá-lo, mas não foram encontradas informações da remuneração real. O Paraguai e Uruguai também foram descartados. O primeiro por conta da duração da ditadura de Stroessner, que teve início antes do período considerado neste estudo e terminou depois. O segundo por se constituir numa ditadura cívico militar.

O critério utilizado para a definição dos países do grupo de controle foi diferente. Para compor este segundo agrupamento foram buscadas nações cujos salários reais não tivessem uma quebra de tendência após os diferentes golpes militares. Este critério ficará mais claro na próxima seção, onde há gráficos da evolução dos salários reais dos países de tratamento e de controle.

As informações sobre o salário real foram procuradas em diferentes fontes. Argentina, Chile, Colômbia e México tiveram os dados retirados de Astorga (2017). Para o Brasil, a busca se deu no Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA). As bases de Austrália, Canadá, Equador, Estados Unidos e Peru tiveram como procedência respectivamente os seguintes órgãos governamentais: *Australian Bureau of Statistics* (Escritório Australiano de Estatística), *Statistics Canada* (Estatísticas do Canadá), *Banco Central del Ecuador* (Banco Central do Equador), *US Bureau of Labor Statistics* (Escritório de Estatísticas de Trabalho Norte Americano) e *Ministerio de Trabajo y Promoción Social* (Ministério do Trabalho e Promoção Social). Por último, observações referentes a França são provenientes de Piketty (2013).

A inflação considerada neste trabalho se confunde com um índice de preços ao consumidor. Para quase todos os países considerados neste trabalho tiveram como fonte o Banco Mundial. As exceções foram Brasil, Chile e Estados Unidos cujos dados foram provenientes de Fundação Getulio Vargas, Instituto Nacional de Estatísticas do Chile e

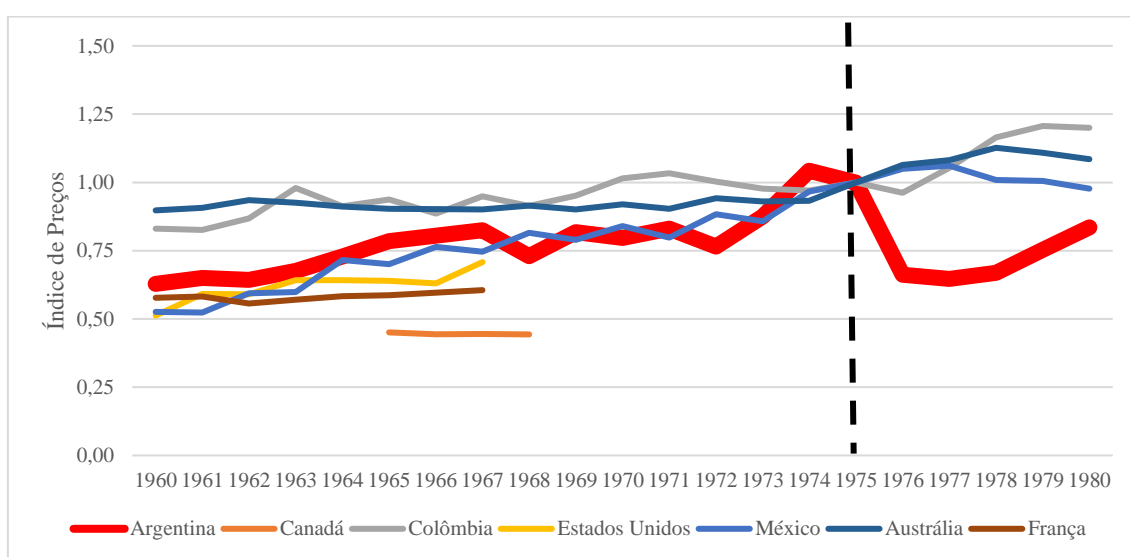
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). A inflação, o produto interno bruto e a dívida sobre o produto interno bruto também tiveram como origem o Banco Mundial.

A balança de trocas foi elaborada a partir da subtração das exportações pelas importações. Ambas tiveram as mesmas fontes. Entre os anos de 1960 e 1968, a base foi retirada de *Statesman's Yearbook*, já para o período de 1969 e 1971 é originado da *UN Statistical Yearbook* e para o intervalo de 1972 a 1980 de *International Financial Statistics*. Por fim, o número de greves gerais no ano foi obtido por meio da consulta dos dados do sítio eletrônico www.cnts.com (Cross-National Time-Series Data Archive).

Análise preliminar de dados

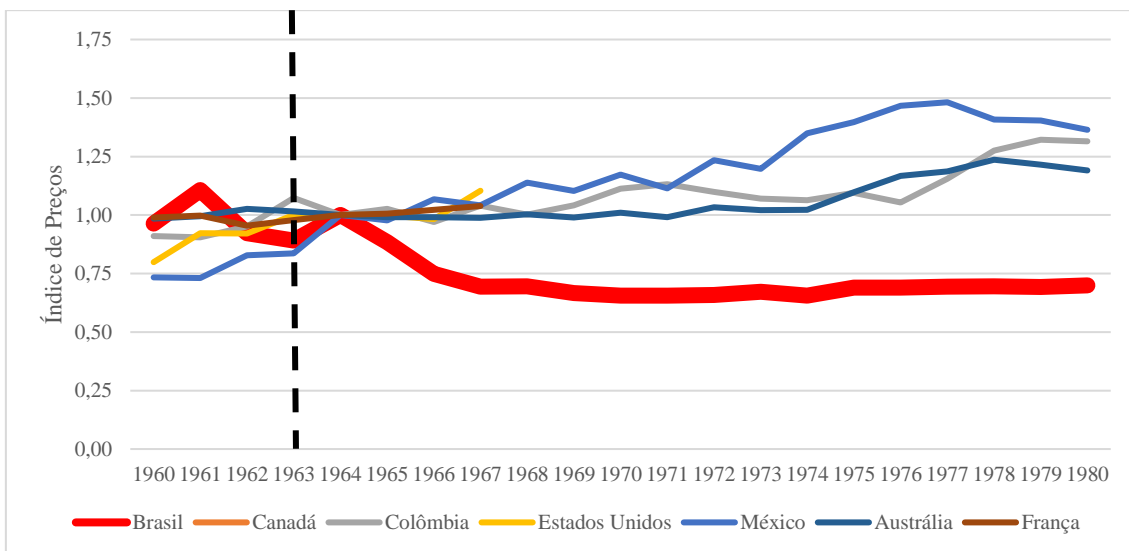
A busca por selecionar os países de controle exige uma análise visual do comportamento da base de dados ao longo do período considerado. Para realizar esta tarefa, foram feitos cinco gráficos diferentes, um para cada nação no grupo de tratamento. Em termos mais práticos, fez-se um índice de variação no qual se colocou um ano antes dos golpes militares como base igual a cem e dividiram-se as outras observações por ele. Também se destacou os anos de ruptura institucional. Os gráficos estão abaixo:

Figura 2 Evolução do salário real baseado no golpe militar argentino (1975 = 100)



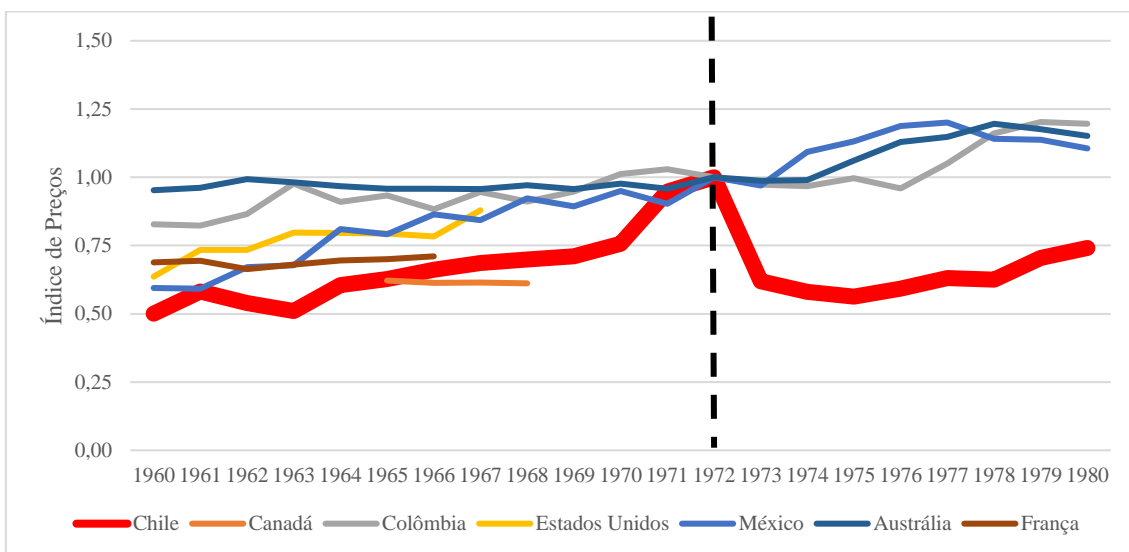
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos seguintes dados: Argentina, Chile, Colômbia e México -Astorga (2017); Brasil - IPEA; Austrália - Australian Bureau of Statistics ; Canadá - Statistics Canada ; Equador - Banco Central del Ecuador ; EUA - US Bureau of Labor ; Peru - Ministerio de Trabajo y Promoción Social; França - Piketty (2013)

Figura 3 Evolução do salário real baseado no golpe militar brasileiro (1963 = 100)



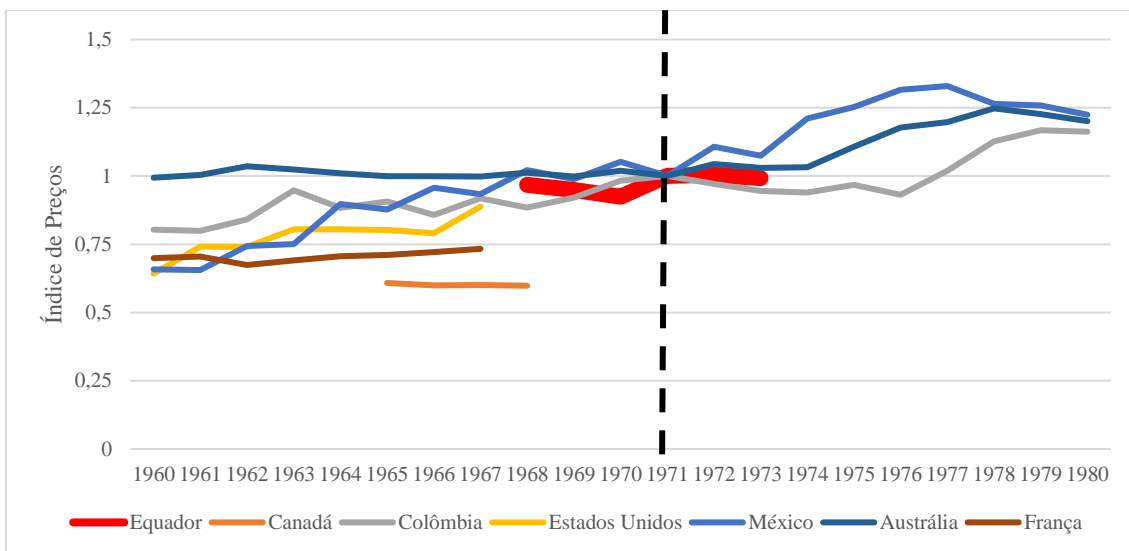
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos seguintes dados: Argentina, Chile, Colômbia e México -Astorga (2017); Brasil - IPEA; Austrália - Australian Bureau of Statistics ; Canadá - Statistics Canada ; Equador - Banco Central del Ecuador ; EUA - US Bureau of Labor ; Peru - Ministerio de Trabajo y Promoción Social; França - Piketty (2013)

Figura 4 Evolução do salário real baseado no golpe militar chileno (1972 = 100)



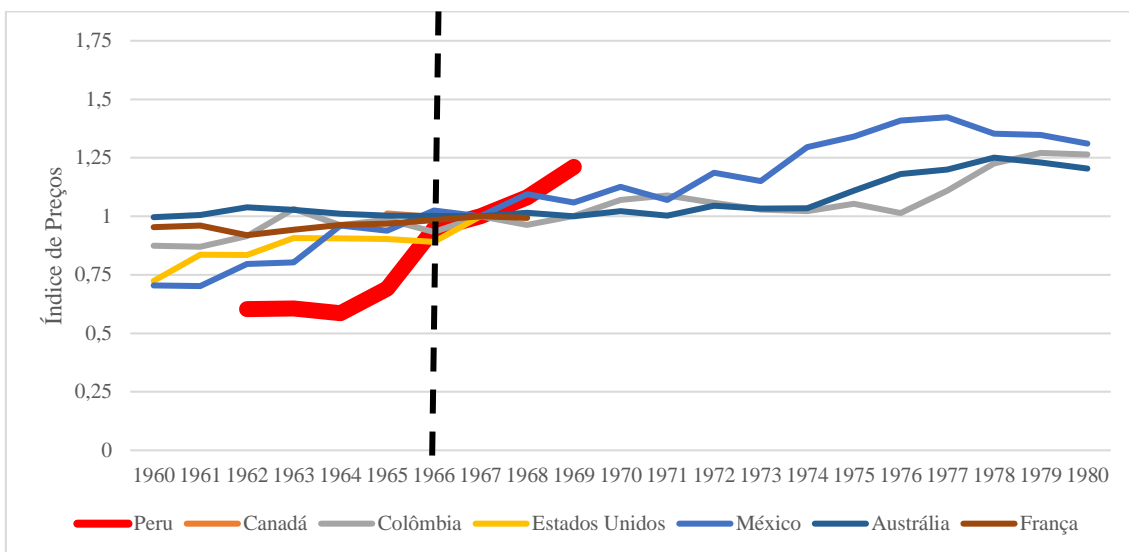
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos seguintes dados: Argentina, Chile, Colômbia e México -Astorga (2017); Brasil - IPEA; Austrália - Australian Bureau of Statistics ; Canadá - Statistics Canada ; Equador - Banco Central del Ecuador ; EUA - US Bureau of Labor ; Peru - Ministerio de Trabajo y Promoción Social; França - Piketty (2013)

Figura 5 Evolução do salário real baseado no golpe militar equatoriano (1971 = 100)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos seguintes dados: Argentina, Chile, Colômbia e México -Astorga (2017); Brasil - IPEA; Austrália - Australian Bureau of Statistics ; Canadá - Statistics Canada ; Equador - Banco Central del Ecuador ; EUA - US Bureau of Labor ; Peru - Ministerio de Trabajo y Promoción Social; França - Piketty (2013)

Figura 6 Evolução do salário real baseado no golpe militar peruano (1967 = 100)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos seguintes dados: Argentina, Chile, Colômbia e México -Astorga (2017); Brasil - IPEA; Austrália - Australian Bureau of Statistics ; Canadá - Statistics Canada ; Equador - Banco Central del Ecuador ; EUA - US Bureau of Labor ; Peru - Ministerio de Trabajo y Promoción Social; França - Piketty (2013)

A ideia nesta análise é verificar se, após os anos de golpe militar, houve aumento significativo do salário real. Gráficamente, é possível desprender que há um “bom” comportamento da base de dados ao longo do tempo. Assim, é possível utilizar os dados para fazer a estimação por meio do *dif-in-dif*.

Para corroborar com a análise foi feita uma tabela que ilustra o crescimento do salário real tanto para o de controle.

Tabela 4 Taxa de crescimento do salário real no grupo de controle

Ano	Canadá	Colômbia	Estados Unidos	México	Austrália	França
1961		-1%	15%	0%	1%	1%
1962		5%	0%	13%	3%	-4%
1963		13%	9%	1%	-1%	3%
1964		-7%	0%	20%	-1%	2%
1965		3%	0%	-2%	-1%	1%
1966	-1%	-5%	-1%	9%	0%	2%
1967	0%	7%	12%	-2%	0%	
1968	0%	-4%		9%	1%	
1969		4%		-3%	-1%	
1970		7%		6%	2%	
1971		2%		-5%	-2%	
1972		-3%		11%	4%	
1973		-3%		-3%	-1%	
1974		-1%		13%	0%	
1975		3%		3%	7%	
1976		-4%		5%	6%	
1977		9%		1%	2%	
1978		10%		-5%	4%	
1979		4%		0%	-2%	
1980		-1%		-3%	-2%	

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos seguintes dados: Colômbia e México - Astorga (2017); Austrália - Australian Bureau of Statistics; Canadá - Statistics Canada; EUA - US Bureau of Labor; França - Piketty (2013)

A tabela reforça a noção de utilização dos dados para montar a equação do estimador. Na próxima seção, será apresentada a equação utilizada no software econométrico bem como os seus resultados.

Resultados

As estimações foram realizadas a partir da seguinte equação:

$$y_{i,t} = \alpha + \theta_1 * (Tratamento)_{i,t} + \theta_2 * (Tempo)_t + \delta_1 * (Tratamento * Tempo)_{i,t} + \theta_3 * (Inflação) + \theta_4 * (Produto Interno Bruto) + \theta_5 * (Balança de Trocas Dividido pelo PIB) + \theta_5 * (Dívida Dividido pelo PIB) + \theta_6 * (Número de Greves Gerais no Ano) + \varepsilon,$$

Equação 2 Modelo funcional do dif-in-dif do salário real

Na equação $y_{i,t}$ corresponde ao salário real, sendo “i” os países analisados e “t” o ano o período. $(Tratamento)_{i,t}$ é a *dummy* que diferencia os países com ditaduras militares dos outros, enquanto $(Tempo)_t$ evidencia se a nação vivia num regime autoritário naquele ano. $(Tratamento * Tempo)_{i,t}$ é a interação das duas variáveis *dummy*, sendo δ_1 o coeficiente de interesse do estimador *dif-in-dif*.

A primeira regressão deste trabalho tem como intuito saber se havia diferença de níveis de inflação entre os dois grupos. Para isso, faz-se uma regressão linear fazendo uso do Método dos Mínimos Quadrados, empregando apenas uma variável *dummy*, que distingue os países entre tratamento e controle. O resultado pode corroborar com Kaufman e Stalling (1991) se mostrar o grupo de tratamento com níveis inflacionários mais altos em comparação ao grupo de controle, indicando uma incidência de um regime populista antes da instauração das ditaduras militares.

Tabela 5 Modelo OLS – Inflação

Variável Dependente: Inflação	Estimação
Dummy Tratamento	0.46 0.0001***
Contante	0.15 0.0480
Número de Observações	161
Teste - F	0.0000
Estatística - F	16.99

Fonte: Elaboração do autor

Nota: * p-valor significativo a 10%; **p-valor significativo a 5%; ***p-valor significativo a 1%;

Legenda: Coeficiente | Erro Padrão

A leitura da tabela corrobora com a hipótese de Kaufman e Stalling (1991), uma vez que o grupo de tratamento possui maiores valores de inflação durante o período

analisado, indicando uma possível explicação do porquê regimes autoritários terem acontecido em alguns países e em outros não.

Depois, tem-se a estimação com todas as variáveis macroeconômicas e com as duas *dummies*. Foram feitas seis regressões. A cada repetição era incluído mais um indicador. Portanto, o exercício teve início com apenas as variáveis *dummies* e a interação entre elas – coluna I – em seguida, foi incluído a “Inflação” – coluna II, depois o “PIB” – coluna III, seguido pela “Balança Comercial sobre o PIB” – coluna IV, a coluna V teve o acréscimo da variável “Dívida sobre PIB” e por último adicionou-se o “Número de Greves Anuais”.

Tabela 6 Resultados da 1ª estimação do modelo de diferenças em diferenças

Variáveis Explicativas	I	II	III	IV	V	VI
Dummy Tratamento	95.39	92.17	113.01	111.75	395.72	444.93
	0.400	0.417	0.342	0.349	0.022**	0.012**
Dummy Tempo	-19.53	-17.94	-14.19	-12.98	-18.16	-16.97
	0.855	0.867	0.896	0.905	0.887	0.893
Dummy Tratamento * Dummy Tempo	-172.65	-199.72	-217.60	-220.93	-570.82	-618.72
	0.229	0.180	0.154	0.150	0.016**	0.010**
Inflação		34.29	34.99	35.17	32.22	53.16
		0.488	0.483	0.482	0.638	0.448
Produto Interno Bruto			0.09	0.08	0.06	0.08
			0.691	0.716	0.821	0.769
Balança Comercial / PIB				490.62	1,526.92	1,897.85
				0.782	0.514	0.419
Dívida / PIB					-23.32	-99.58
					0.935	0.733
Greves						-74.42
						0.177
Constante	205.02	198.46	185.32	188.63	213.64	244.08
	0.029	0.035	0.066	0.064	0.109	0.070
Número de Observações	161	161	159	159	110	110
Teste - F	0.242	0.325	0.406	0.526	0.115	0.098
Estatística - F	1.40	1.17	1.02	0.85	1.70	1.73

Fonte: Elaboração do autor

Nota: * p-valor significativo a 10%; **p-valor significativo a 5%; ***p-valor significativo a 1%;

Legenda: Coeficiente | Erro Padrão

A leitura dos resultados da primeira rodada de estimações permite que se corrobore com a afirmação de Kaufman e Stalling (1991) apenas a partir da quinta

regressão, quando foi incluído na equação a variável Dívida sobre PIB. A contar deste momento, os coeficientes se mostram estatisticamente significativos ao nível de 5%.

Num primeiro instante, pode-se desprender que talvez a proposição de Kaufman e Stalling (1991) tenha falhado no teste empírico. Mas algumas observações devem ser feitas acerca da primeira estimação. Peru e Equador foram incluídos no grupo de países de tratamento porque assim como as outras nações sofreram rupturas institucionais. Porém, a observação dos dados coletados e própria literatura não indicam uma queda do salário real após a instauração de uma ditadura militar.

Por isso uma nova rodada de estimações foi realizada. Desta vez, Peru e Equador não estão contidos dentro do grupo de países de tratamento.

Tabela 7 Resultados da 2ª estimação do modelo de diferenças em diferenças

Variáveis Explicativas	I	II	III	IV	V	VI
Dummy Tratamento	185.90	182.88	211.57	210.73	549.28	635.09
	0.129	0.137	0.100	0.104	0.003***	0.001***
Dummy Tempo	-19.53	-18.64	-15.39	-14.95	-23.33	-22.56
	0.858	0.865	0.889	0.893	0.854	0.857
Dummy Tratamento * Dummy Tempo	-251.01	-267.20	-293.20	-293.63	-682.55	-753.70
	0.104	0.097*	0.076*	0.077*	0.007***	0.003***
Inflação		19.20	19.20	19.15	7.68	30.32
		0.714	0.716	0.718	0.914	0.674
Produto Interno Bruto			0.08	0.07	0.03	0.05
			0.735	0.746	0.904	0.848
Balança Comercial / PIB				182.12	614.98	1021.70
				0.923	0.799	0.671
Dívida / PIB					41.78	-54.24
					0.885	0.852
Greves						-99.23
						0.075*
Constante	205.02	201.35	189.96	191.23	203.17	243.95
	0.033	0.038	0.067	0.068	0.129	0.070
Número de Observações	147	147	145	145	105	105
Teste - F	0.068	0.125	0.156	0.240	0.030	0.016
Estatística - F	2.41	1.83	1.62	1.34	2.33	2.49

Fonte: Elaboração do autor

Nota: * p-valor significativo a 10%; **p-valor significativo a 5%; ***p-valor significativo a 1%;

Legenda: Coeficiente | Erro Padrão

A segunda rodada de estimações mostra resultados muito mais próximos à literatura. A retirada de Equador e Peru do grupo de tratamento contribuiu para que a variável *dummy* de interação começasse a ser estatisticamente significativa a partir da segunda regressão. Entre a segunda e a quarta regressões, apresentou um nível de significância na ordem de 10%. Enquanto no restante, um nível de significância de 1%. Além disso, a variável *dummy* de tratamento manteve o nível de significância e o “Número de Greves Gerais no Ano” também passou a ser significativo.

A maior aderência à afirmação de Kaufman e Stalling (1991) pode ser explicada por algumas características dos regimes ditatoriais de Equador e Peru. Este teve como liderança do regime autoritário um militar marxista cujo esforço em estabilizar o país não envolveu medidas de arrocho salarial. Por outro lado, o Equador gozava das receitas advindas da recente descoberta do petróleo. Tais ganhos acabaram por auxiliar o déficit fiscal do país.

A fim de reforçar os resultados encontrados na segunda rodada de estimação, foi realizada uma terceira. Agora, o grupo de tratamento era composto apenas por Equador e Peru.

Tabela 8 Resultados da 3ª estimação do modelo de diferenças em diferenças

Variáveis Explicativas	I	II	III	IV	V	VI
Dummy Tratamento	-194.23 0.000***	-163.46 0.000***	-142.14 0.000***	-138.26 0.000***	-112.30 0.078**	-112.48 0.079*
Dummy Tempo	-19.53 0.511	-6.49 0.805	0.589 0.981	3.90 0.874	-1.25 0.962	-1.48 0.955
Dummy Tratamento * Dummy Tempo	22.76 0.760	0.23 0.997	-7.94 0.900	-49.67 0.434	-57.19 0.559	-55.76 0.573
Inflação		280.06 0.000***	298.54 0.000***	297.58 0.000***	320.76 0.000***	316.51 0.000***
Produto Interno Bruto			0.15 0.006***	0.12 0.031**	0.02 0.731	0.02 0.734
Balança Comercial / PIB				1,559.89 0.006***	1,177.10 0.059*	1,156.76 0.071*
Dívida / PIB					275.06 0.005***	277.01 0.005***
Greves						3.97 0.872
Constante	205.02 0.000	151.37 0.000	126.06 0.000	138.53 0.000	79.73 0.027	79.18 0.030
Número de Observações	98	98	98	98	82	82
Teste - F	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000	0.000
Estatística - F	9.67	16.32	15.51	15.18	9.52	8.23

Fonte: Elaboração do autor

Nota: * p-valor significativo a 10%; **p-valor significativo a 5%; ***p-valor significativo a 1%;

Legenda: Coeficiente | Erro Padrão

A última rodada de estimações mostra que realmente não há evidências estatísticas significativas de uma queda do salário real no Equador e Peru. Em nenhuma das regressões o coeficiente da variável de interação entre as *dummies* se mostrou estatisticamente significativo. Em linhas gerais, as rodadas de estimações se mostraram aderentes à literatura, sendo mais evidente na segunda rodada, a partir da exclusão dos salários reais equatorianos e peruanos.

Considerações Finais

Em nenhum lugar do mundo, de acordo com Kaufman e Stalling (1991), houve tanta supressão das liberdades individuais no mesmo período, desde que o globo conheceu as benesses democracia, quanto existiu no século XX na América Latina. Kaufman (1986) aponta o sucesso de algumas medidas estabilizadoras implementadas pelos militares como um fator de propagação de ditaduras nos países sul-americanos durante o período considerado.

Dentre as medidas estabilizadoras citadas anteriormente, situa-se o arrocho salarial como um dos instrumentos a serem usados na luta contra os altos índices de inflação herdados pela expansão fiscal dos regimes populistas que antecederam os militares. Nos gráficos apresentados realmente foi possível observar a queda no salário real logo nos primeiros anos de ditaduras militares. Este efeito é muito mais evidente na Argentina, Brasil e Chile. A visualização por si só da evolução salarial ao longo do tempo poderia ser frágil para atestar a tese dos autores.

Por isso, o objetivo deste trabalho era analisar empiricamente a afirmação de Kaufman e Stalling (1991) acerca do aparecimento de regimes de cunho autoritários na América Latina. Para isso, fez-se uso do estimador de diferenças em diferenças com o objetivo de isolar os efeitos que um choque teria no salário real.

As estimações apresentaram resultados robustos, quando retiradas as observações de Equador e Peru, permitindo afirmar a influência dos regimes militares sobre o salário real da população durante as décadas de 1960 e 1980. No entanto, Kaufman e Stalling (1991) apontam mais argumentos para o surgimento de ditaduras. As explicações oferecidas pelos autores não se limitam a esfera econômica, estão centrados em mais aspectos embasados também em elementos sociológicos e históricos.

Contudo, a análise deste trabalho limitou-se somente a testar a hipótese da diminuição do salário real na vigência dos regimes militares. Para isso, os resultados se mostraram robustos e corroboraram com os autores. Porém, não deve ser considerado como a única explicação da instauração das ditaduras no cone sul. Deve-se ter em mente que a substituição de regimes democráticos por outros autoritários envolve muitos outros aspectos quantitativos, qualitativos, sociais e históricos que não podem ser mensurados.

Bibliografia

IONESCU, G. ; GELLNER, E. Populism: Its Meanings and National Characteristics. Londres: Weidenfeld & Nicolson, 1969.

ABST, KOEN ; RUMMENS, STEFAN. Populism versus Democracy, Political Studies, Vol 55, pp. 405 – 424, 2007.

KAUFMAN, R. O. e STALLING, B. ‘The Political Economy of Populism’, em Dornbusch, R. e Edwards, S. The Macroeconomics of Populism in Latin America, 1991, pp 15-43

KAUFMAN, R., (1986) ‘Democratic and Authoritarian responses to the debt issue: Argentina, Brazil and Mexico’ from Kahler, M., The Politics of international debt pp.187-217, Ithaca: Cornell University Press

SACHS, JEFFREY. Social Conflict and Populist Policies in Latin America. NBER. Working Paper n° 2897, Cambridge, 1989.

TRIVELLI O., Hugo y TRIVELLI O., Pablo (1978): “El crecimiento económico chileno”, en Zahler, Roberto (et.al): Chile: Treinta y cinco años de discontinuidad económica, 1940-1975. Santiago, ICHEH.

ANGRIST, Joshua D.; PISCHKE, Jörn-Steffen. Mostly harmless econometrics: an empiricist's companion. Princeton University Press, 2009.

WOOLDRIDGE, J. M. Introdução à econometria: uma abordagem moderna. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

HUDSON, Rex A.; HANRATTY, Dennis M. Bolivia: a country study / Federal Research Division, Library of Congress ; 3rd

Di TELLA, T.S. 1965. Populism and Reform in Latin America. In Obstacles To Change in Latin America, edited by C. Veliz. Oxford: Oxford University Press.

LANZONE, Liza and WOODS, Dwayne, "Riding the Populist Web: Contextualizing the Five Star Movement (M5S) in Italy" (2015). Department of Political Science Faculty Publications. Paper 6

FANTINEL, Vinicius Dias ; LENZ, Maria Heloisa; Crescimento e crise na Argentina, nos séculos XIX e XX: análise do período Frondizi Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 7-32, jun. 2015

MOFFIT, Benjamin; The Global Rise of Populism: Performance, Political Style, and Representation, Stanford University Press, 2016

POTASH, Robert A.; EL EJERCITO Y LA POLITICA EN LA ARGENTINA. 1945-1962. DE PERON A FRONDIZI, Sudamericana. (1981)

POTASH, Robert A.; Ejercito y Politica Argentina 1962-1973. DE PERON A FRONDIZI, Sudamericana. (November 1994)

POTASH, Robert A.; El Ejercito y la Política en la Argentina, 1962-1973: de la Caída de Frondizi a la Restauración Peronista, Sudamericana. (November 1994)

VILLA, Marco Antonio; Ditadura À Brasileira - 1964-1985 A Democracia Golpeada À Esquerda e À Direita. São Paulo. LeYa. 2014

LARRAIN, Felipe e Meller, Patricio. 'The Socialist-Populist Chilean Experience, 1970-1973', em Dornbusch, R. e Edwards, S. The Macroeconomics of Populism in Latin America, 1991, pp 175 – 221

PINILLO, Jorge Serpa Erazo Rojas; Una historia del siglo XX, Planeta Colombiana, Bogotá, 1999, 537 pp

CORKILL, David; THE POLITICS OF MILITARY GOVERNMENT IN ECUADOR: THE RODRIQUEZ - LARA REGIME, 1972–1976. Bulletin of the Society for Latin American Studies. Society for Latin American Studies (SLAS). No. 26 (March 1977), pp. 44-62

GIMLETTE, John; At the Tomb of the Inflatable Pig: Travels Through Paraguay. Vintage Departu edition. 2005

BRANDS, Hal; The United States and the Peruvian Challenge, 1968–1975; Diplomacy & statecraft, 2010, p. 471-490

CAETANO, G. y Rilla, J. (1987). Breve historia de la dictadura. Montevideo: EBO

MORÓN, Guillermo; Breve historia contemporánea de Venezuela; Fondo de Cultura Económica, 2004

FAUSTO, Boris e DEVOTO, Fernando J.; Brasil e Argentina - Um ensaio de história comparada 1850-2002. Editora 34. 2004

CARABALLO, Liliana; CHARLIER, Noemí e GARULLI, L.; Documentos de Historia Argentina (1955-1976). Eudeba. 1998

STURZENEGGER, Federico. Description of a Populist Experience: Argentina, 1973-1976, em Dornbusch, R. e Edwards, S. The Macroeconomics of Populism in Latin America, 1991, pp 77-120

PETTIS, Michael. Avoiding the Fall: China's Economic Restructuring. Carnegie Endowment for International Peace, 2013.

BONFIM, João Bosco Bezerra. Palavra de presidente – discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE, 2004. pp. 291-294.

GREMAUD, A. P., VASCONCELLOS, M. A. S. E TONETO JR, R.; Economia Brasileira Contemporânea – 7ª Edição – São Paulo: Atlas, 2007

FFRENCH-DAVIS, Ricardo; Economic Reforms in Chile: From Dictatorship to Democracy, University of Michigan Press, 2002

ARZA, Valeria; Macroeconomic Instability in Argentina, 1963-2003. Revista de Economía Política de Buenos Aires. Vols. 5 y 6. Año 3

BERTRAND, Marianne, DUFLO, Esther e MULLAINATHAN, Sendhil; HOW MUCH SHOULD WE TRUST DIFFERENCES-IN-DIFFERENCES ESTIMATES?, 2003.

DRACA, Mirko, MACHIN, Stephen e WITT, Robert; Panic on the Streets of London: Police, Crime, and the July 2005 Terror Attacks, American Economic Review 101, 2011

FINLEY, M. I.; The Ancient Economy; University of California Press, 1999

CLARK, Gregory; "The Condition of the Working Class in England, 1209-2004," Journal of Political Economy, University of Chicago Press, vol. 113(6), pages 1307-1340, 2005

Draper, N.R. and Smith, H. (1998) Applied Regression Analysis. 3th Edition, Wiley, New York

CARLIN, Wendy, SOSKICE, David (2006). Macroeconomics: imperfections, institutions and policies. Oxford: Oxford University Press

SACHS, Jeffrey D. e GORDON, Robert J.; Real Wages and Unemployment in the OECD Countries; Brookings Papers on Economic Activity Vol. 1983, No. 1 (1983), pp. 255-304 (50 pages)

SOWELL, Thomas, Basic Economics, Fifth Edition, page 220.

BRAUMMAN Benedikt, High Inflation and Real Wages ,IMF Staff Papers Vol. 51, No. 1 (2004), pp. 123-147 (25 pages)

PATTERSON, Ernest Minor; Factors Determining Real Wages; The Annals of the American Academy of Political and Social Science, Vol. 100 (Mar., 1922), pp. 79-85 (7 pages)